

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

**Estudo Técnico Preliminar 74/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 6902/2026

**2. Descrição da necessidade**

As unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Itaberaí, por meio da Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo, da Agência Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura – AMATUR, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da 17ª Companhia Independente Bombeiro Militar de Itaberaí (FUNREBOM), da Polícia Militar, da Polícia Civil, Secretaria Municipal de Educação identificaram a necessidade de garantir condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades institucionais e para a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

As unidades vinculadas à Administração Municipal realizam atividades que demandam estrutura mínima para preparo de alimentos e bebidas, utilizadas no suporte às rotinas administrativas, no atendimento ao público, em reuniões institucionais, capacitações e no apoio às equipes de trabalho. No âmbito da AMATUR, por exemplo, tais atividades são necessárias para o adequado atendimento a servidores e visitantes que frequentam as dependências da AMATUR e de suas unidades vinculadas, como a Biblioteca Municipal e o Viveiro Municipal.

No âmbito da política pública de assistência social, as unidades socioassistenciais vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social como a Casa Lar de Infância Protegida, o Lar dos Idosos, Lar de Santana, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e o setor do Cadastro Único necessitam manter estrutura adequada para garantir o funcionamento regular dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade, incluindo atividades relacionadas ao preparo de refeições, lanches e café durante atendimentos, acolhimentos institucionais, oficinas e reuniões com usuários dos serviços.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura apontou que a ausência dessa estrutura compromete o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais da unidade, podendo ocasionar dificuldades na manutenção das rotinas internas e prejuízos à continuidade das atividades institucionais.

No âmbito da saúde pública municipal, as unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde como o Hospital Municipal, as Unidades de Atenção Primária à Saúde, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros serviços assistenciais necessitam assegurar condições adequadas para o preparo de refeições destinadas a pacientes internados, acompanhantes e servidores, atividade essencial para o funcionamento regular das unidades e para o atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Situação semelhante ocorre no âmbito da 17ª Companhia Independente Bombeiro Militar de Itaberaí, vinculada ao FUNREBOM, onde os militares desempenham atividades em regime de plantão contínuo, exigindo condições adequadas para a preparação de refeições e lanches destinados aos servidores que atuam diariamente nas atividades operacionais e administrativas da corporação.

No campo da educação, a Secretaria Municipal de Educação destacou a necessidade de assegurar a continuidade do preparo da alimentação escolar nas unidades da rede municipal de ensino e nos Centros Municipais de Educação Infantil, que atendem aproximadamente 5.842 estudantes da educação infantil e do ensino fundamental. A alimentação escolar constitui política pública essencial vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo indispensável para garantir a segurança alimentar dos estudantes e o adequado funcionamento das atividades pedagógicas nas escolas municipais.

Diante desse contexto, verifica-se que a insuficiência de meios necessários ao preparo de alimentos e ao suporte das atividades internas compromete o funcionamento regular de diversas unidades administrativas e de serviços públicos essenciais do Município.

Assim, a presente demanda decorre da necessidade de assegurar condições adequadas para a continuidade das atividades institucionais, para o atendimento eficiente à população e para a manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município de Itaberaí, em observância ao interesse público e aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

### 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas anteriormente apresentadas, possui natureza continuada, tratando-se de fornecimento de bem de consumo comum, com vigência estimada de 12 (doze) meses.

Os produtos fornecidos deverão atender às normas técnicas e regulamentações vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bem como possuir recipientes certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), garantindo a qualidade, segurança e conformidade do produto comercializado.

### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo	Leonan Tomé Rodrigues Siqueira

### 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade identificada, com a devida justificativa técnica e econômica da solução mais adequada à Administração.

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e portais de transparência, verificando-se que o fornecimento parcelado de insumo energético por meio de aquisição direta de cargas é prática consolidada na Administração Pública, especialmente para atendimento de unidades descentralizadas.

Do levantamento realizado, constatou-se a existência das seguintes soluções possíveis:

Abaixo, segue comparação entre as soluções, considerando os aspectos técnicos e econômicos de cada uma.

Soluções	Análise técnica	Análise econômica	Viabilidade
<b>Solução 1</b>  Instalação de sistema centralizado de armazenamento com abastecimento por rede interna canalizada	Exige elaboração de projeto técnico específico, adequações estruturais nos prédios públicos, atendimento a normas técnicas rigorosas de segurança e possível licenciamento junto aos órgãos competentes. A solução demandaria obras civis e padronização estrutural entre as unidades, o que se mostra incompatível com a realidade física dos prédios atualmente utilizados	Apresenta elevado custo inicial de implantação, incluindo projeto, instalação, adaptações prediais e manutenção periódica do sistema. Considerando que as unidades são distintas e descentralizadas, haveria multiplicação dos custos estruturais, tornando a solução economicamente desvantajosa	Inviável
<b>Solução 2</b>  Substituição da fonte energética atualmente	Demandaria substituição de equipamentos existentes, possível reforço da rede elétrica e adequação da carga instalada em cada unidade.	Alto custo de aquisição de novos equipamentos, eventuais reformas elétricas e aumento contínuo do consumo de	

utilizada por equipamentos elétricos para atendimento das demandas operacionais	Há risco de sobrecarga da infraestrutura elétrica atual, além da necessidade de investimentos estruturais significativos	energia, impactando o orçamento municipal de forma permanente	Inviável
<b>Solução 3</b> Aquisição de cargas de GLP, conforme demanda das unidades administrativas	Compatível com a infraestrutura atualmente existente, não exige adaptações estruturais relevantes, apresenta facilidade logística e ampla disponibilidade no mercado fornecedor. Trata-se de solução padronizada, com regulamentação específica e fiscalização por órgão competente	Menor custo inicial, pagamento conforme consumo efetivo, ampla competitividade no mercado e previsibilidade orçamentária. Permite adoção de critério de maior desconto sobre tabela oficial, ampliando a vantajosidade	Viável

### Justificativa para escolha da solução

Após análise comparativa sob os aspectos técnico e econômico, verifica-se que a Aquisição de carga de gás GLP de 13KG e 45KG apresenta a melhor relação custo-benefício, sendo compatível com a estrutura existente, de ampla oferta no mercado e sem necessidade de investimentos estruturais adicionais.

Não se trata de objeto de elevada complexidade técnica, razão pela qual não se mostra necessária a realização de audiência pública para definição da solução.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição parcelada de carga de GLP 13kg e 45kg é a alternativa mais adequada ao atendimento da necessidade da Administração.

### Contratações Similares na Administração Pública

Pesquisas em portais de transparência e no PNCP identificaram contratações com objetos análogos, demonstrando que a demanda é comum e consolidada no mercado.

**Local: Catalão/GO**

**Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**

Unidade compradora: 2601 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado

Registro de preço: Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 17/07/2025

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 06/05/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 19/05/2025 08:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 22781167000170-1-000017/2025

**Objeto:**

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP P45 E P13 E VASILHAMES (BOTIJÕES 13KG E 45KG), PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MERENDA ESCOLAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA R\$ 854.224,00

**Local: Formosa/GO**

**Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

Unidade compradora: 20 - CAMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de disputa: Não se aplica

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/02/2026

Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 24855363000177-1-000009/2026

Fonte: Sigep - Sistemas Integrados

**Objeto:**

Contratação de empresa para aquisição de gás GLP 13 Kg para a Câmara Municipal de Formosa-GO.

**Local: Anápolis/GO**

**Órgão: COMANDO DA AERONAUTICA**

Unidade compradora: 120624 - BASE AÉREA DE ANÁPOLIS

Modalidade da contratação: Dispensa

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, III, a

Tipo: Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 19/02/2026

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 20/02/2026 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 25/02/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 00394429000100-1-000248/2026

Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de suprimento de estoque de gás combustível GLP

**Local: Palminópolis/GO**

**Órgão: MUNICIPIO DE PALMINOPOLIS**

Unidade compradora: 4125 - Prefeitura Municipal de Palminópolis

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto

Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/02/2026

Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 23/02/2026 15:15 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 06/03/2026 07:50 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 01178573000172-1-000014/2026

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS, para Eventual, Futura e Parcelada Aquisição de Gás de Cozinha Liquefeito de Petróleo- GLP, engarrafado (P13) e a Granel para atender a demanda de os órgãos da Administração Municipal no exercício de 2026, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

**Prospecção de Mercado - Potenciais Fornecedores (Execução Indireta)**

O mercado brasileiro dispõe de diversas empresas especializadas em Distribuição de Gás com capacidade para atender à demanda de Aquisição de carga de gás GLP de 13KG e 45KG. Abaixo, listam-se potenciais fornecedores:

EMPRESA	IDENTIFICAÇÃO
DISTRIBUIDORA DE GAS COUTINHO LTDA	53.216.855/0001-10
DIVINO SALVADOR DA SILVA II	02.059.430/0001-04

DISTRIBUIDORA DE GAS J. SOUZA LTDA - ME	21.966.240/0001-15
SOUZA GAS II (WR COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA)	28.568.630/0001-86
COMERCIAL DE GAS ITABERAI LTDA (ITAGAS)	24.800.526/ 0001-14

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg e 45 kg, bem como eventual fornecimento de vasilhames, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo, da Agência Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura – AMATUR, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da 17ª Companhia Independente Bombeiro Militar de Itaberaí (FUNREBOM), da Polícia Militar, da Polícia Civil, Secretaria Municipal de Educação.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a necessidade de atendimento a múltiplas unidades administrativas e a impossibilidade de definição prévia do consumo exato por cada órgão, com vigência estimada de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e em seus anexos.

### Critério de Julgamento

Para o gás 13 kg e 45 kg, o critério de julgamento será o de maior desconto na tabela ANP. Esta escolha extingue a necessidade de Termos Aditivos para realinhamento constante do preço, dada a flutuação do mercado.

Para os botijões, considerando que não há previsão na Tabela ANP para estes itens, deve ser definido como critério de julgamento o menor preço.

### Natureza da contratação

A presente contratação deverá se dar através de procedimento auxiliar de Registro de Preços.

### Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

Conforme dispõe o artigo 3º do Decreto Federal 11.462/2023, cuja aplicação é autorizada pelo Decreto Municipal nº 344/2023, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando a administração julgar pertinente.

O objeto da presente demanda, devido à necessidade de contratações permanentes ou frequentes, a existencia de previsão de entregas parceladas, por atender à mais de um órgão e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado se enquadra nas previsões dos incisos I, II, III, do Art. 3º do Decreto 11.462/2023.

*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*

*IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*

### Apresentação de proposta com quantitativo mínimo

Na presente solução não será previsto quantidade mínimo.

### Adesão à Ata de Registro de Preços

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa a seguir:

### Vigência da Ata de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preços originária da presente contratação terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja comprovação da vantajosidade dos preços registrados e que a prorrogação esteja prevista no edital, em consonância com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

### Remanejamento de Saldo

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas conforme Decreto Nº 11.462, Art. 30.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

,De acordo com a demanda disposta nos Documentos de Formalização de Demanda nº 180/2026, nº 181/2026, nº 188/2026, nº 191/2026, nº 193/2026, nº 1302026 e nº 195/2026, em conjunto com os ofícios das unidades requisitantes que demonstram a necessidade da contratação, chegou-se ao seguinte quantitativo:

Órgão	Gás GLP 13 kg	Gás GLP 45 kg	Botijão de Gás GLP 13KG	Botijão de Gás GLP 45 KG	Total de cargas
AMATUR	20	-	-	-	20
Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo	32	-	-	-	-
Secretaria Municipal de Assistência Social	70	45	07	02	115
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12	-	-	-	12
Secretaria Municipal de Saúde	250	90	-	-	340
FUNREBOM (Corpo de Bombeiros)	-	05	-	-	05
Secretaria Municipal de Educação	1.145	140	08	10	1.285

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 360.170,00

Com base na pesquisa realizada conforme tabela da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no item 01.

Conforme preço praticado pela Administração Pública no Pregão nº 44/2025, nos itens 02,03 e 04.

Dessa forma, verifica-se que o valor estimado da referida contratação corresponde ao montante total de R\$ 360.170,00 (trezentos e sessenta mil e cento e setenta reais).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação deverá ser dividida em 04 (quatro) parcelas (itens), por se tratarem de objetos tecnicamente e economicamente viáveis de serem contratados de forma independente, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem prejuízo da economia de escala.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

São contratações correlatas a esta demanda:

Aquisição de gêneros alimentícios, Pregões nº 11/2025 e nº 132/2025;

Aquisição de café moído e torrado, Pregão nº 119/2025.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não existe regulamentação para a elaboração do Plano Anual de Contratações - PCA no âmbito municipal.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP) às unidades administrativas do Município de Itaberaí, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades institucionais e para a manutenção dos serviços públicos prestados à população.

Com a implementação da solução proposta, espera-se alcançar os seguintes benefícios institucionais:

I – Continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções nas atividades administrativas e operacionais das unidades municipais que dependem do insumo para o preparo de alimentos e bebidas;

II – Suporte às políticas públicas municipais, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social, garantindo condições adequadas para o preparo da alimentação escolar, refeições em unidades de saúde e atendimento nas unidades socioassistenciais;

III – Maior eficiência na gestão administrativa, mediante organização do fornecimento por meio de processo licitatório e planejamento das demandas das unidades participantes;

IV – Economicidade na aplicação dos recursos públicos, em razão da ampliação da competitividade entre fornecedores e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

V – Padronização e controle do abastecimento das unidades administrativas, permitindo maior previsibilidade do consumo e melhor gestão do fornecimento.



### 13. Providências a serem Adotadas

Para a plena execução da contratação, as unidades administrativas do Município de Itaberaí deverão adotar as providências necessárias à adequada organização do fornecimento e utilização do gás liquefeito de petróleo (GLP), considerando que o atendimento às necessidades ocorrerá conforme a demanda da Secretaria Municipal de Execução e Gestão de Governo, da Agência Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura – AMATUR, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da 17ª Companhia Independente Bombeiro Militar de Itaberaí (FUNREBOM), da Polícia Militar, da Polícia Civil, Secretaria Municipal de Educação.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante emissão de ordens de fornecimento, de acordo com a necessidade de cada unidade requisitante.

No âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, as unidades socioassistenciais realizam o armazenamento de botijões de GLP 13 kg em suas dependências, sendo necessário assegurar que o armazenamento e o manuseio do insumo ocorram em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

Adicionalmente, as unidades deverão manter a organização das solicitações, bem como o controle do consumo e a fiscalização do fornecimento, a fim de garantir a adequada execução contratual.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação pretendida não apresenta impactos ambientais significativos, considerando tratar-se do fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), produto amplamente utilizado e regulamentado pelos órgãos competentes.

Entretanto, por se tratar de produto inflamável e acondicionado em recipientes pressurizados, deverão ser observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis ao armazenamento, transporte e manuseio do produto, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelos órgãos de controle e fiscalização competentes.

Os recipientes utilizados para o acondicionamento do GLP deverão possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), estar em adequado estado de conservação e dentro do prazo de requalificação, garantindo segurança no uso e prevenindo riscos ambientais decorrentes de vazamentos ou acidentes.

A empresa contratada deverá adotar boas práticas de transporte, armazenamento e substituição dos recipientes, assegurando que os botijões utilizados estejam em conformidade com as normas técnicas vigentes e evitando possíveis danos ao meio ambiente e à segurança das unidades administrativas.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise comparativa sob os aspectos técnico e econômico, verifica-se que a Aquisição de carga de gás GLP de 13KG e 45KG apresenta a melhor relação custo-benefício, sendo compatível com a estrutura existente, de ampla oferta no mercado e sem necessidade de investimentos estruturais adicionais.

Não se trata de objeto de elevada complexidade técnica, razão pela qual não se mostra necessária a realização de audiência pública para definição da solução.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição parcelada de carga de GLP 13kg e 45kg é a alternativa mais adequada ao atendimento da necessidade da Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAMILA FAGUNDES DA COSTA**

Supervisor de Compras



*Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 10:52:56.*